

A Política dos EUA para o Leste Asiático no Governo Obama: o balanceamento da China e a geopolítica regional

The U.S. policy for East Asia in the Obama Administration: the balancing of China and the regional geopolitics

PEDRO VINÍCIUS PEREIRA BRITES | pvbrites@gmail.com

Professor de Relações Internacionais do Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter). Membro da Equipe do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT). Mestre e Doutorando em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI-UFRGS).

Recebimento do artigo Maio de 2015 | **Aceite** Julho de 2016

Resumo O presente trabalho tem como objetivo empreender uma análise da política externa e de segurança (PES) dos Estados Unidos da América durante o governo Obama (2009-2015) para o Leste Asiático. Desse modo, pretende identificar os principais objetivos e ações dos EUA para a região, avaliando os impactos geopolíticos e securitários resultantes para o país e para a região. Parte-se da premissa que os EUA não possuem uma Grande Estratégia definida, o que tem gerado impactos decisivos sobre a condução da PES do país. Nesse contexto, a condução da política tem se submetido aos aspectos operacionais e táticos, o que subverte a lógica elementar que estabelece a primazia da estratégia. Observa-se que os EUA têm, por um lado, aumentado a rede de alianças bilaterais estratégicas e militares com os países da região e, por outro, tem procurado redistribuir suas capacidades defensivas na região. Para atingir seu objetivo, o trabalho está dividido em três seções. A primeira seção apresenta o debate relativo aos impasses da condução da Grande Estratégia dos EUA. A segunda seção dedica-se à política externa e de segurança do governo Obama para a região. Por fim, a última seção procura avaliar essas ações, considerando os impactos para o ambiente securitário e a geopolítica regionais. **Palavras-Chave** Estados Unidos da América, China, Geopolítica, Leste Asiático, Governo Obama

Abstract This paper aims to undertake an analysis of foreign and security policy of the United States during the Obama administration (2009-2015) for East Asia. It aims to identify the main objectives and actions for the region, assessing geopolitical and security impacts for the country and the region. It starts with the premise that the U.S. does not have a grand set strategy, which has generated a decisive impact on the conduct of the foreign and security policy in the country. In this context, the policy conduct has been subjected to operational and tactical aspects, which subverts the elementary logic that establishes the primacy of strategy. It is observed that the U.S. has, on the one hand, increasing network of strategic and military bilateral alliances with the countries of the region and, secondly, has sought to redistribute their defensive capabilities in the region. To achieve its objectives, the paper is divided into three sections. The first section presents the debate on the impasses of the conduct of the U.S. grand strategy. The second section is dedicated to the Obama administration's security and foreign policy for the region. Finally, the last section seeks to assess these actions, considering the impact on the security environment and the regional geopolitics. **Keywords** United States, China, Geopolitics, East Asia, Obama Administration.

Introdução

Este trabalho tem como tema a política externa e de segurança (PES) dos Estados Unidos da América para o Leste Asiático durante o governo de Barack Obama (2009-2016). Nesse sentido, procura identificar as principais ações que o país vem empreendendo na região e avaliar, por conseguinte, os impactos que geram sobre o ambiente securitário regional.

O processo de ascensão da República Popular da China vem alterando a polarização regional na Ásia. Desse modo, especialmente a partir do governo de Barack Obama, os EUA passaram a reorientar a prioridade de sua política externa para a região. O estabelecimento do chamado “pivô asiático” evidencia essa transição voltada a contrabalancear a emergência chinesa.

Embora sejam recorrentes os estudos sobre a emergência asiática, ainda existem disputas entre as diferentes visões desse processo. Principalmente, pois ainda são difusos os efeitos geopolíticos da transição do eixo econômico mundial para o Pacífico e da alteração na correlação de forças entre as potências tradicionais (EUA, França, Inglaterra, Alemanha, Japão) e países como China e Rússia. Assim, o esforço analítico a que se propõe esse trabalho se insere nos estudos acerca das alterações estruturais que decorrem do desmantelamento da ordem internacional vigente durante a Guerra Fria.

Esse trabalho parte do pressuposto de que desde o final da Guerra Fria os EUA não têm uma Grande Estratégia definida. Para os fins de entendimento dessa pesquisa, o conceito de Grande Estratégia diz respeito ao alinhamento entre os objetivos políticos de longo prazo de um país e as capacidades materiais efetivas para colocar esse projeto em prática (PORTER, 2013; MARTINS & CEPIK, 2014; MONTGOMERY, 2014). Nesse sentido, a ausência de uma Grande Estratégia implica em uma posição reativa diante das macro-transformações que vêm ocorrendo no Sistema Internacional contemporaneamente. No caso da Ásia, a ordem hegemônica estabelecida pelos EUA ao final da Segunda Guerra Mundial vem enfrentando desafios. Principalmente porque o modo como essa ordem foi vertebrada não reflete mais a distribuição de poder na região, em virtude da ascensão de novos atores relevantes. Além disso, mesmo a capacidade defensiva do país na região sofre ameaças devido à introdução de novas tecnologias e à modernização das Forças Armadas dos países do Leste Asiático - principalmente da China.

Assim, tendo em vista essa série de transformações, o presente estudo procura avaliar em que medida a PES do governo Obama impacta sobre a região. Para atingir esse objetivo, o trabalho está estruturado em três seções. A primeira seção apresenta o debate atual sobre a Grande Estratégia dos EUA. A segunda procura identificar as principais medidas do governo Obama no Leste Asiático. Por fim, a última seção avalia os efeitos dessas ações sobre o ambiente regional a partir do estudo de caso da Península Coreana. Pois, embora existam outros pontos centrais de tensão na região, tais como o Mar do Sul da China e o estreito de Taiwan, a situação na península reflete mais claramente a polarização regional e os desafios para a gestão de todos os interesses das grandes potências envolvidas na região. Assim, conclui-se que a ausência de uma Grande Estratégia tem implicado em indefinição acerca do processo de emergência da China. Desse modo, a política externa e de segurança dos EUA tem estado submetida às ações militares operacionais, o que amplifica o potencial de escalonamento das crises e contribui para o acirramento das tensões na região.

O Debate sobre a Grande Estratégia dos Estados Unidos: entre a primazia e o desengajamento

O colapso da União Soviética gerou uma série de debates acerca do papel que os EUA passariam a ocupar no Sistema Internacional. Em grande medida, a ausência de competidores com

capacidade crível de ameaçar os interesses do país levou à crença - externa e internamente - de que os EUA haviam obtido uma superioridade incontestada, uma condição de primazia sem precedentes históricos (POSEN, 2003; BROOKS, IKENBERRY & WOHLFORTH, 2012; ANDERSON, 2015).

A crença na manutenção da hegemonia americana é discutida a partir da perspectiva realista de que a unipolaridade é transitória, portanto, insustentável. E, embora os EUA ainda mantenham uma posição de proeminência no Sistema Internacional, os desafios advindos da emergência de novas potências ou da reestruturação de velhos competidores geram discussões acerca de como essa hegemonia deve ser sustentada. Na prática, conforme Posen (2003), o debate sobre a Grande Estratégia dos EUA, atualmente, se dá acerca de qual variante da estratégia hegemônica do país deve ser priorizada.

Os Estados Unidos possuem o chamado “Comando dos Comuns”. Ou seja, o país detém o comando do mar, do ar em altitudes acima de 10 mil pés, bem como do espaço (POSEN, 2003; CEPIK, 2013). Assim, uma característica intrínseca da hegemonia estadunidense desde a Segunda Guerra Mundial é a capacidade de projeção de poder para quase qualquer região do globo sem ter de enfrentar resistências (CORDESMAN & HESS, 2013; CEPIK, 2013). Nesse sentido, o final da Guerra Fria representou pouca alteração para as capacidades estadunidenses, pois parecia apenas ratificar a perspectiva de inquestionabilidade do poder americano.

Caso observemos as capacidades econômicas e militares assimétricas que possuem os EUA sem considerar outros atuais fatores determinantes para a projeção de força, acabaríamos por prematuramente definir o Sistema Internacional Contemporâneo como irrevogavelmente unipolar. Porém, conforme Cepik (2013):

No entanto, tal classificação só é possível caso ignorarmos três prerrogativas que consideramos determinantes para a possibilidade do uso da força na era digital: as capacidades estratégicas de segundo ataque, o comando do espaço e a inexpugnabilidade frente a ataques convencionais. Levando em conta tais critérios estaríamos vivendo em um sistema tripolar, apesar da posição relativa dos Estados Unidos ser claramente superior frente às outras duas grandes potências, Rússia (decadente) e China (ascendente). (CEPIK, 2013, p. 309)¹.

Nesse sentido, a atual configuração do Sistema Internacional representa um desafio à postura militar de defesa avançada dos EUA que prevaleceu durante a Guerra Fria. É desse contexto que advêm os questionamentos quanto à estratégia do país atualmente (MONTGOMERY, 2014). Em outros termos: como os EUA vão reagir à ascensão da China? Como reagirão aos efeitos da emergência de potências regionais?

Em termos práticos, o cerne dessa discussão tem estado na capacidade ou não de manutenção da postura militar tradicional do país, ou seja, na defesa avançada. Assim, a discussão acerca da Grande Estratégia não se trata apenas de medir as capacidades do país, mas também o seu interesse em perseguir esse objetivo.

A discussão sobre o papel que os EUA devem exercer nesse cenário de tendência à multipolaridade orbita entre dois extremos. De um lado estão os autores que acreditam na necessidade de o país manter o engajamento profundo (*deep engagement*). Nessa corrente, enquadram-se os autores que defendem que os EUA deveriam manter sua capacidade de controle efetivo sobre as demais regiões e de auxílio aos seus aliados, inclusive com a ampliação de ações preemptivas (LIEBER, 2010; BROOKS, IKENBERRY & WOHLFORTH, 2012). De outro estão aqueles que defendem uma estratégia de retraimento (*retren-*

¹ O conceito de inexpugnabilidade refere-se à capacidade de manter sua soberania frente a um ataque convencional estrangeiro. Em outros termos, capacidade de evitar ameaças efetivas ao seu território.

chment). Em outros termos, esses defendem que, devido ao fato dos EUA terem vivenciado a pior crise financeira da história e possuírem um alto débito nacional e déficit externo – tudo isso somado ao fortalecimento de potências regionais –, o país deveria retornar de suas bases avançadas e diminuir seu papel como fiador da segurança internacional (LAYNE, 2010; MONTGOMERY, 2014). Todavia, embora des- toem quanto à estratégia em si, ambas as correntes acreditam na primazia dos EUA. A questão divergente é qual das alternativas seria mais sustentável.

Cabe destacar que, após emergir como superpotência vencedora da Guerra Fria, os EUA vêm per- seguindo uma Grande Estratégia de primazia, ou seja, de hegemonia (MONTGOMERY, 2014; MARTINS & CEPIK, 2014). Na prática, isso representa a busca pela obtenção de uma capacidade não desafiável.

Assim, a busca pela primazia estruturava-se – no imediato pós-Guerra Fria – através da dissu- asão, da reafirmação (papel de fiador securitário de seus aliados e parceiros), da não-proliferação co- ercitiva (especialmente, a busca pelo impedimento da distribuição horizontal de armas nucleares) e da guerra preemptiva (através da promoção da democracia liberal) (PORTER, 2013; RONIS, 2013; MON- TGOMERY, 2014). Através de uma presença militar global, vertebrada através de uma rede de alianças permanentes e Estados-clientes, os EUA atuaram com vistas a materializar a condição hegemônica.

A partir da obtenção da condição de superioridade convencional suficiente para derrotar as for- ças soviéticas no teatro europeu no final da década de 1970, através do advento das armas com muni- ção guiada de precisão (MEARSHEIMER, 1982), os EUA passaram a buscar a primazia nuclear sobre a URSS. Ou seja, acabar com a capacidade de segundo ataque dos soviéticos.

Cabe destacar que, em grande medida, o equilíbrio de poder desde o final da Segunda Guerra Mundial advém da distribuição de artefatos termonucleares e da capacidade de segundo ataque (capa- cidade de estabelecer retaliação crível em caso de sofrer ataque nuclear). A perspectiva da “Destruição Mútua Assegurada” (MAD) foi o fiador do equilíbrio entre as superpotências. Em termos práticos, dizia respeito à posse de uma tríade operacional: mísseis balísticos intercontinentais (ICBM), mísseis balísti- cos lançados de submarino (SLBM) e bombardeiros estratégicos (ÁVILA, CEPIK & MARTINS, 2009).

A Iniciativa de Defesa Estratégica (SDI)² adotada no governo Ronald Reagan (1981-1988), tinha como objetivo central desenvolver capacidades defensivas anti-balísticas. Embora o programa tenha sido abandonado posteriormente, foi um primeiro indicativo dessa nova perspectiva. Após a Guerra Fria, du- rante a chamada *Pax Americana*, esse objetivo foi materializado pelo Programa Nacional de Defesa Missi- lística (NMD). Principalmente após a saída dos EUA do Tratado sobre Mísseis Anti-Balísticos³ em 2002, observa-se uma escalada nesse projeto de erodir as capacidades alheias de segundo ataque. Em 2007, a OTAN declarou a intenção de estabelecer um escudo anti-míssil na Polônia e na República Tcheca, que limitaria a capacidades russas de segundo ataque. A esse projeto soma-se o Programa de Ataque Con- ventional Global (*Conventional Prompt Global Strike* ou CPGS) que permitiria aos Estados Unidos atacar alvos em qualquer lugar na Terra em um breve espaço de tempo (WOOLF, 2016). Em termos efetivos, essa capacidade seria viabilizada pela utilização dos veículos de propulsão hipersônica.

Entretanto, todas as ações com vistas a estabelecer essa primazia nuclear, que desestabilizaria a ordem internacional, não se sustentam a partir de uma Grande Estratégia definida. É justamente na ausência dessa Grande Estratégia que reside um dos principais problemas na condução da política ame- ricana para o mundo no século XXI.

Se a opção for pela manutenção do engajamento profundo, o país teria de aprofundar suas capa- cidades militares frente à modernização militar que vem sendo empreendida, especialmente, pela Chi- na (MONTGOMERY, 2014). Isso geraria custos políticos e financeiros bastante significativos para os

2 Esse programa ficou conhecido também como “Guerra nas Estrelas”.

3 O Tratado sobre Mísseis Anti-Balísticos foi assinado entre EUA e URSS em 1972 e tratava da limitação da construção de mísseis anti-balísticos.

EUA. Além disso, pode implicar em uma escalada da agressividade regional no Leste Asiático. Afinal, Rússia e China, em um cenário de ameaça de guerra preventiva e da busca americana por obter a primazia nuclear, podem optar pelo incremento da agressividade na região. Por outro lado, se os EUA optarem por uma política de desengajamento, ou de retraimento (*Offshore Balance*), podem abrir espaço para o aumento das rivalidades regionais. Nesse caso, seria uma estratégia de “defesa reativa”, voltada a conter uma ameaça apenas em caso de insuficiência defensiva de seus aliados.

Contudo, segundo Montgomery (2014), atualmente o país não possui capacidades para exercer com êxito nenhuma das duas estratégias. Primeiro, porque se baseiam na superioridade incontestada dos EUA. Todavia, se consideradas as questões geográficas e geopolíticas, a vantagem dos EUA não é tão ampla quanto se crê. Primeiro, porque em caso de conflagração na Ásia, a rede de suprimento dos EUA teria de ser extremamente complexa. Segundo, pois a modernização militar da China tem sido voltada para a construção de capacidades A2/AD (Anti-acesso e Negação de Área). Assim, a emergência do A2/AD gera um real empecilho para a mobilidade estratégica das forças avançadas que, no caso do Leste Asiático, estão alocadas principalmente na Coreia do Sul e no Japão. Atualmente, os EUA parecem estar perseguindo a estratégia do engajamento profundo. Afinal, vêm desenvolvendo o conceito de Batalha Aeronaval⁴ (*Air Sea Battle* ou ASB) para operações conjuntas em ambientes não-permissivos.

Uma terceira possibilidade para a Grande Estratégia dos EUA situa-se entre os dois extremos (primazia e desengajamento). Seria a estratégia da Concertação. Segundo Porter (2013), a estratégia da Concertação estaria voltada para uma ação de compartilhamento de poder. Nesse sentido, tendo em vista que o mundo migra para a multipolaridade, os EUA atuariam como um *primus inter pares* (KISSINGER, 2011). Assim, sobre os EUA não recairiam os custos políticos e financeiros da primazia, nem o custo da inação diante dos desafios securitários, que poderiam ser graves desafios aos interesses do país e de seus aliados. Certamente, essa estratégia possui alguns dilemas. Segundo Porter (2013),

Estes incluem a dificuldade de conciliar o equilíbrio competitivo com concertos cooperativos, os limites do balanceamento sem uma capacidade militar avançada de longo alcance em terra, possíveis consequências inesperadas, como um aumento da concorrência entre potências regionais ou o surgimento de blocos (como um Leste da Ásia Chinês ou um Golfo Iraniano), e o desafio de sustentar o apoio político interno para uma estratégia que abdica voluntariamente da liderança mundial.⁵ (PORTER, 2013, p. viii)

Diante da indefinição de qual Grande Estratégia adotar (primazia, engajamento ou concertação), as ações dos EUA têm sido resultado de políticas pontuais e reativas conforme as mudanças do ambiente. As três linhas de ação, primazia, isolamento e concertação estão longe de representarem uma definição política acerca do perfil de inserção do país na conjuntura contemporânea.

Desse modo, a condução da PES fica sujeita aos conceitos operacionais como o ASB (MARTINS & CEPIK, 2014). Basicamente, é a sujeição da esfera política à esfera militar. Ou seja, ocorre uma inversão de valores. Dado que não existe uma definição política clara acerca do papel que os EUA devem exercer na conjuntura pós-Guerra Fria, o país tende a ficar refém das compras de armamentos, do *lobby* do complexo militar-industrial e de aspectos táticos e procedimentais.

4 O conceito de Batalha Aeronaval, ou AirSea Battle (ASB), é definido pelos EUA pela proposição de um ataque efetuado em profundidade, integrando domínios cruzados (espaço, ar, mar). Desse modo, é operacionalizado com vistas a romper, destruir e derrotar a rede de radares, sensores, mísseis antiaéreos, capacidade antinavio, bem como as bases aéreas e navais do adversário (TOL, GUNZINGER, KREPINEVICH & THOMAS, 2010; MARTINS & CEPIK, 2014; SANTOS, 2015)

5 Excerto original: “These include the difficulty of reconciling competitive balancing with cooperative concerts, the limits of balancing without a forward-reaching onshore military capability, possible unanticipated consequences such as a rise in regional power competition or the emergence of blocs (such as a Chinese East Asia or an Iranian Gulf), and the challenge of sustaining domestic political support for a strategy that voluntarily abdicates world leadership.” (PORTER, 2013, p.8)

No caso do Leste Asiático, isso gera um aumento da incerteza por parte dos atores regionais. Afinal, por um lado, os EUA declaram sua intenção de balancear a emergência chinesa através do fortalecimento dos laços com atores regionais. Porém, de outro lado, mantêm o desenvolvimento de programas voltados ao estabelecimento da primazia. A Grande Estratégia é que dota de validade os programas militares e os conceitos operacionais diante dos objetivos do país no Sistema Internacional (PORTER, 2013). Segundo Martins & Cepik (2014, p. 18),

Sem ela, a construção de armamentos (um meio) passa a presidir a própria política externa e de defesa. Então, seja por inércia burocrática, influência patrimonial, ou ambos, dá-se continuidade aos programas que já envolveram maior dispêndio. E isso não coincide, necessariamente, com o que é o mais necessário estrategicamente, ou mesmo urgente, muito menos, necessariamente, com o resultado das eleições presidenciais, a vontade do Congresso Nacional ou da opinião pública. Pior, corre-se o risco de tudo isso gerar uma retroalimentação viciosa, visto que as dinâmicas internacionais geradas pelo perfil dos programas de modernização acabam justificando a sua continuidade.

O governo Obama parece dar sequência ao que já vinha sendo empreendido em governos anteriores. Em que pese o governo de Obama ter um perfil liberal-internacionalista⁶, - ou seja, tem dado mais valor para o peso da legitimidade internacional -, isso não representou uma alteração na tendência à busca pela primazia. Além da manutenção do NMD e do CPCS, o país continua investindo no desenvolvimento do F-35, cujo orçamento já chega próximo a meio trilhão de dólares (BERR, 2015).

Desse modo, a busca pela obtenção efetiva da primazia emerge como um grave desafio à governança global e ao equilíbrio de poder entre as grandes potências. O agravante no caso asiático é que, além de representar uma alteração nos pilares da polaridade regional, há um processo de recomposição hegemônica em curso. A ascensão de potências regionais no Leste Asiático como a China e a Índia, de blocos regionais como a ASEAN, e a busca por reafirmação de potências como Rússia e Japão, são fenômenos que amplificam a instabilidade securitária significativamente. Nesse sentido, a compreensão sobre o rumo do debate sobre a Grande Estratégia dos EUA se constitui como elemento fundamental para a análise do contexto regional.

A Política Externa e de Segurança (PES) do Governo Obama (2009-2016) para o Leste Asiático

O presidente Barack Obama assumiu o governo em 2009, herdando como principal legado o envolvimento dos EUA na guerra do Afeganistão e na guerra do Iraque. Assim, tendo em vista as dificuldades para desengajar o país desses conflitos, a prioridade de seu mandato em termos de política externa recaiu sobre o Oriente Médio e a Ásia Central.

Em relação à Ásia, isso representou um maior distanciamento de Obama, cuja atuação externa era marcada pela chamada “diplomacia presidencial” (PECEQUILO, 2009). Assim, coube à então secretária de Estado Hillary Clinton o papel de conduzir mais diretamente os assuntos relativos à região.

6 A vertente oposta, liberal-nacionalista, representada pelo governo George W. Bush (2001-2009), por sua vez acredita que a legitimidade importa menos do que as capacidades materiais. Entretanto, apesar da distinção na ênfase ambas vertentes seguem a busca pela primazia.

Do ponto de vista prático, nesse primeiro momento, a PES dos EUA para a região foi reativa. Portanto, foram mantidas as iniciativas principais que vinham sendo adotadas pelo governo Bush.

Apenas a partir de 2010, é que o governo Obama passa a estabelecer uma política ativa para a região. Nesse ano, Robert Gates (então secretário de Defesa) e Hillary Clinton visitam Hanoi com vistas a aprofundar a aproximação com o Vietnã. Essas visitas representam o início da política do “pivô asiático”, estabelecido com vistas a contrabalançar o crescimento chinês. Essa visita emblemática para as relações bilaterais foi sucedida pela realização de exercícios navais conjuntos entre 2010 e 2012. Essa busca dos EUA por aproximação com o Vietnã evidenciou a priorização do Mar do Sul da China na agenda de defesa dos EUA para a região. Conforme Clinton (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2010), durante o Fórum Regional da ASEAN,

“[O]s Estados Unidos, como qualquer nação, tem um interesse nacional na livre navegação, no livre acesso às áreas marítimas comuns da Ásia e no respeito ao direito internacional no Mar do Sul da China. [...] Os Estados Unidos apoiam um processo diplomático colaborativo por parte de todos os requerentes para que se resolvam as várias disputas territoriais sem coerção. Nós nos opomos ao uso ou ameaça do uso da força por qualquer requerente” (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2010).

Segundo Cordesman e Hess (2013), essa nova política de dissuasão ativa na Ásia está assentada em cinco pilares estratégicos: (a) fortalecimento de alianças; (b) aprofundamento de parcerias com países emergentes; (c) estabelecimento de um relacionamento construtivo com a China; (d) fortalecimento das instituições regionais; e (e) estabelecimento de uma arquitetura econômica para aumentar os benefícios do comércio e do crescimento para os países da região. Em termos práticos, pode-se definir a estratégia do pivô americano para a Ásia como uma política de contenção das ações chinesas na região. Essa contenção abrange tanto a área securitária, como a área política e a área econômica.

Essas novas diretrizes foram materializadas, no campo estratégico, pela busca ao estabelecimento ou fortalecimento de parcerias militares com países vizinhos da China. Um exemplo é a aproximação com o Camboja em 2010 e a alteração da política para a Península Coreana. No segundo caso, o país decidiu reafirmar os compromissos defensivos com a Coreia do Sul⁷ e suspender a transferência programada do Comando Operacional da Península (OPCOM) para os aliados (ROSS, 2013). Assim, manteve sua presença ativa na península. Outro episódio que simboliza essa inflexão na condução da PES ocorre em 2010. Quando a guarda costeira japonesa capturou o capitão de um barco pesqueiro chinês que navegava próximo às ilhas Senkaku/Diaoyu⁸, o governo dos EUA não hesitou em afirmar que sua aliança com o Japão implicava no apoio à reivindicação japonesa, dado que, segundo o entendimento norte-americano, essas ilhas estão sob controle administrativo efetivo do Japão.

É justamente no campo militar, que residem as maiores transformações introduzidas pela gestão Obama. Pois no campo econômico, o presidente democrata manteve a busca pela ampliação dos laços comerciais e de investimento. Simbolizam, prioritariamente, essa tendência, a construção de uma rede de acordos bilaterais de livre-comércio (Coreia do Sul, por exemplo) e os avanços nas negociações para o estabelecimento da Parceria Trans-Pacífica (TPP) (MANYIN et al, 2012). Na prática, as iniciativas americanas visavam contrapor as iniciativas econômicas chinesas na região.

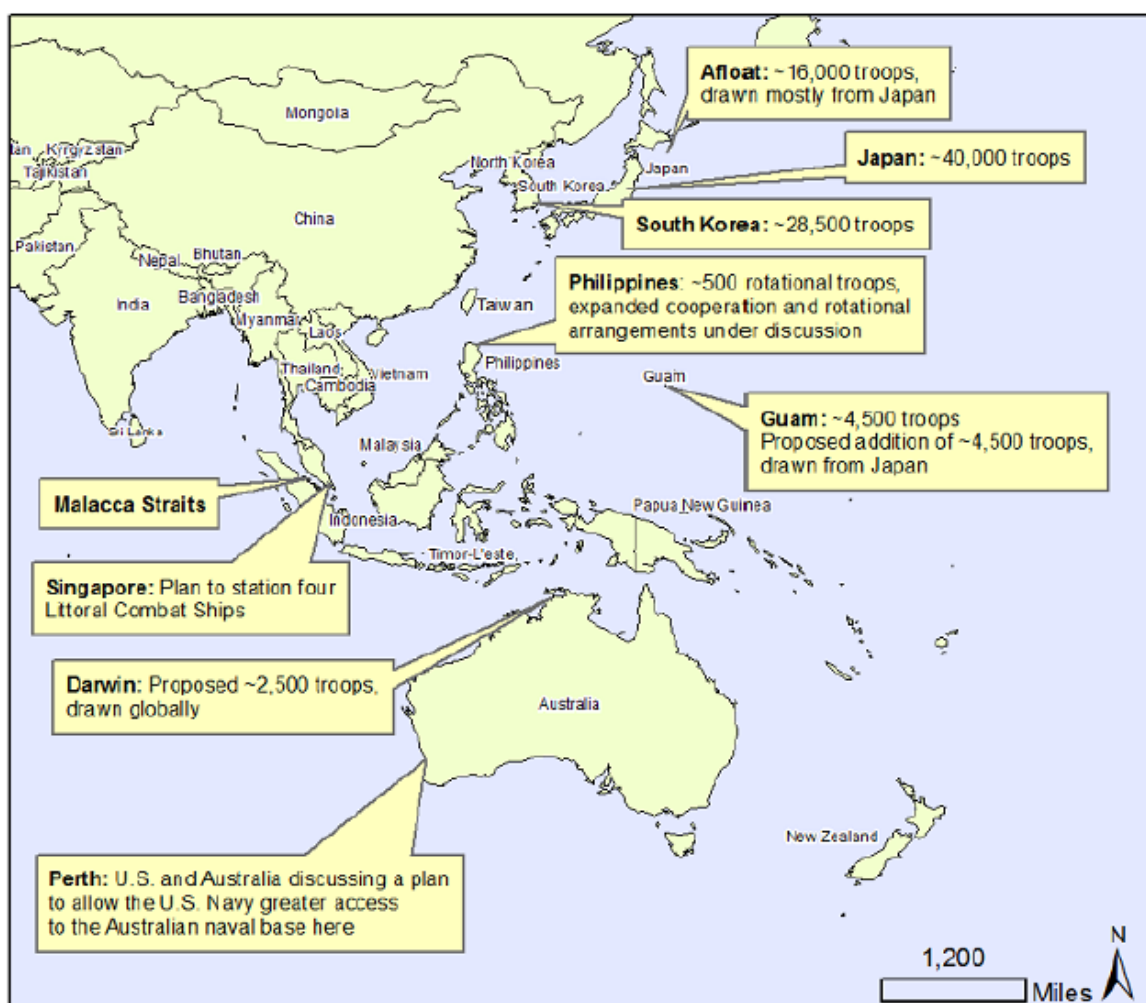
7 Os dois países chegaram a quatro novos acordos de defesa: o Diálogo Integrado de Defesa entre EUA e Coreia do Sul; o primeiro plano bilateral de contenção de provocações conjunto; o Comitê Político de Dissuasão Estendida; e um Acordo de Cooperação Espacial Militar.

8 As ilhas Senkaku (nome japonês) ou Diaoyu (República Popular da China), são objetos de disputa territorial entre Japão e China. Localizadas no Mar do Leste da China, as ilhas são inabitadas. Porém, com a suspeita da existência de reservas energéticas em suas águas territoriais, a posse das ilhas passou a ser mais fortemente contestada.

Em termos institucionais, os EUA têm procurado esvaziar os fóruns liderados pela China. Por exemplo, enquanto a China tem buscado fortalecer o Fórum Regional da ASEAN (ARF, da sigla em inglês), os EUA investem na Cúpula do Leste Asiático (EAS, da sigla em inglês) como principal mecanismo para a resolução de questões securitárias no Leste Asiático. Todo esse processo reflete uma transição no nível de prioridade que a emergência da China possui na agenda externa dos EUA. Cabe destacar que o governo Obama teve de enfrentar os efeitos da pior crise econômica de sua história. Nesse sentido, o aumento da pressão sobre o entorno estratégico chinês é um reflexo dessa necessidade de reação diante da perda de competitividade dos EUA na região.

Segundo Cordesman & Hess (2013), até 2020, cerca de 60% da frota naval dos EUA estará no Pacífico. Esse processo reorientação estratégica foi oficializado a partir de 2011, quando o presidente Barack Obama apresentou a nova política e estabeleceu acordos com a Austrália – que permitem a alocação de 2.500 marines na região de Darwin, no extremo norte do país. Nesse caso, a Austrália passou a ocupar a posição retaguarda no teatro asiático. O mapa abaixo ilustra as forças dos EUA na região e os projetos de ampliação de forças.

Mapa 1 - Região da Ásia-Pacífico incluindo as tropas dos EUA já alocadas ou com previsão de serem alocadas



Fonte: MANYIN et al., 2012.

Cabe destacar que o aumento do engajamento dos EUA na região da Ásia-Pacífico se deve em grande medida à possibilidade de desengajamento do Oriente Médio. Esse processo deve-se à relativa estabilização da situação no Iraque e no Afeganistão. Nesse sentido, há uma relação de dependência mútua entre os desdobramentos políticos e securitários nas duas regiões.

Em 2012, ocorreu o lançamento do *Strategic Guidance* no qual são apresentadas as bases para a estratégia de rebalanceamento. A esse lançamento seguiu a publicação do *Joint Operational Access Concept* (JOAC), tendo o *AirSea Battle* como eixo principal. Mais contemporaneamente, o Pentágono alterou a nomenclatura do *AirSea Battle* pelo novo *Joint Concept for Access and Maneuver in the Global Commons* (JAM-GC).

Segundo DoD (2012),

[...] O Acesso Operacional Conjunto (JAM-GC) é a contribuição da força conjunta para *assegurar o acesso*, a utilização nacional dos bens globais comuns, de territórios soberanos selecionados, das águas, do espaço aéreo e do ciberespaço sem impedimentos. Os bens comuns globais, por sua vez, são áreas de transporte aéreo, marítimo, espaço e ciberespaço que não pertencem a nenhum estado. Enquanto o *acesso operacional* é obtido através da projeção da força militar, o *acesso assegurado* é alcançado projetando todos os elementos do poder nacional (DoD, 2012, p. 1)⁹.

O JOAC tem como objetivo primário contrapor as capacidades A2/AD que vêm sendo desenvolvidas pela China. Em termos operacionais, esse conceito baseia-se na integração profunda das forças aeronavais. Nesse sentido, pode-se observar uma aproximação entre o estabelecimento do ASB e da NMD. Afinal, ambos estão centrados na utilização de capacidades aptas a desabilitar as condições defensivas da China (TOL et al., 2010).

Entretanto, tendo em vista que uma das prioridades estratégicas dos EUA é estabelecer um relacionamento construtivo com a China, o anúncio do JAM-GC amplificou a instabilidade na região. Cabe destacar que o documento faz a ressalva que a guerra está submetida aos objetivos políticos do país, ou seja, à Grande Estratégia. Contudo, não há menção clara a quais objetivos se refere.

Diante disso, a China, em resposta, passa a adotar uma postura mais assertiva na região. O governo Xi Jinping procura então fortalecer a presença militar do país no Mar do Sul da China, ampliar sua aproximação com Taiwan e pressionar mais fortemente a Coreia do Norte (YAN, 2014). Além disso, o país estabeleceu uma Zona de Identificação Aérea (ADIZ, da sigla em inglês) cobrindo a maior parte do Mar do Leste da China, incluindo as ilhas Senkaku/Diaoyu (RINEHART & ELIAS, 2015). Pequim não consultou nenhum dos vizinhos para estabelecer a ADIZ. Segundo as diretrizes desse anúncio, a China se reserva o direito usar a força contra qualquer aeronave que não esteja autorizada a sobrevoar a região. Nesse sentido, a ADIZ foi considerada um elemento que potencialmente acirra as tensões no Leste Asiático. Afinal, embora atinja mais diretamente suas relações com o Japão, tem implicações profundas para as relações com os EUA.

Em virtude desse cenário de escalonamento das tensões na região, surgiram muitas críticas ao desenvolvimento do ASB, um conceito puramente operacional. Desse modo, surgiram estratégias alternativas. Dentre essas, destaca-se o conceito de *Offshore Control* (HAMMES, 2012; SANTOS, 2015).

O *Offshore Control* parte da premissa que se deve elaborar uma estratégia para a confrontação militar com a China. Porém, essa não pode ser a única solução para os impasses eventuais entre os dois

9 Original: "Operational access is the joint force contribution to assured access, the unhindered national use of the global commons and select sovereign territory, waters, airspace and cyberspace. The global commons, in turn, are areas of air, sea, space, and cyberspace that belong to no one state. While operational access is achieved through the projection of military force, assured access is achieved by projecting all the elements of national power" (DoD, 2012, p. 1).

países. Ou seja, se os EUA adotarem um conceito (ASB) voltado à guerra preventiva, à supressão das forças de defesa, o resultado tende a seguir a tendência da confrontação (HAMMES, 2012; SANTOS, 2015). *O Offshore Control* baseia-se na elaboração de operações voltadas a restringir as ações chinesas no Pacífico. Funciona a partir do esforço militar conjunto entre os EUA e seus aliados na região. Desse modo, visa aprofundar os laços securitários dos EUA na região; entretanto, dilui a perspectiva agressiva do ASB, dado que se trata uma estratégia defensiva.

A grande questão é que, como não há definição da Grande Estratégia, não há definição dos conceitos operacionais. Tendo em vista que não se sabe o que se deseja em um espectro mais amplo, o cálculo de custos e oportunidades fica comprometido. Portanto, em que pesem alguns avanços no campo bilateral das relações entre China e EUA durante o governo Obama – questões comerciais, ambientais, de segurança internacional –, não houve uma solidificação da posição dos EUA em relação à China. Desse modo, os períodos de tensão e arrefecimento se sobrepõem conforme as mudanças conjunturais. A situação na Península Coreana talvez seja o principal exemplo dos impactos desse cenário para as relações regionais.

A Geopolítica do Balanceamento e os Efeitos sobre o Ambiente Securitário Regional: o caso da Península Coreana

A Península Coreana é um dos principais focos de tensão do Leste Asiático desde o final da Segunda Guerra Mundial. A centralidade geopolítica da península na região ficou mais evidente com a eclosão da Guerra da Coreia (1950-1953) e o envolvimento direto das tropas estadunidenses e chinesas.

Como efeitos da guerra, além da morte de mais 2,5 milhões de pessoas (CUMINGS, 2010), surge uma cisão profunda entre sul e norte e um desenho geopolítico particular no Leste Asiático. Coreia do Norte e China, de um lado, estabelecem uma aliança política que se mantém até hoje, tendo a URSS como um aliado participativo, mas com presença indireta. De outro, os EUA estabelecem uma rede defensiva que inclui a Coreia do Sul e o Japão. Essa configuração, em grande medida, se mantém até hoje. Por isso, a Península Coreana é uma das últimas questões mal definidas da Guerra Fria.

Após o fim da URSS, a situação na península passou por graves transformações. A perda de seu principal aliado e fornecedor de alimentos e matérias primas gerou uma profunda crise na Coreia do Norte. Assim, o país passou a procurar se reaproximar dos vizinhos, especialmente da Coreia do Sul. O objetivo central do país, com vistas a se reinserir na comunidade internacional, era estabelecer um tratado de paz com os EUA, afinal a Guerra da Coreia terminou apenas com o estabelecimento de um armistício (MARTINS, 2008).

É nesse período também que a questão nuclear norte-coreana emerge como um dos principais problemas securitários da região. Tendo em vista que a centralidade da PES dos EUA naquele período era o controle global da proliferação horizontal de energia nuclear, a desestruturação do programa nuclear norte-coreano passa a ser prioridade. Nesse sentido, em 1994, é firmado o Acordo de Genebra. Segundo o acordo, a Coreia do Norte abriria mão de seu programa nuclear e em troca receberia apoio para suprir suas carências energéticas. Contudo, com a morte de Kim Il Sung¹⁰, em 1994, as negociações acabam sendo congeladas.

No lugar de Sung, assume seu filho Kim Jong-Il. Jong Il introduz uma série de transformações no país, com destaque para a política do *Songun*. O *Songun* cedia primazia institucional às Forças Arma-

10 Kim Il Sung foi o principal líder da Coreia do Norte. Ele governou o país de 1948 até 1994.

das do país frente ao Partido dos Trabalhadores Coreanos (KWP, sigla em inglês). Assim, representou a efetiva militarização do país. Cabe destacar que além dos fatores relativos às disputas políticas internas, as razões para o estabelecimento dessa política advêm das várias crises econômicas e humanitárias que o país enfrenta nesse período.

Os EUA, nesse período sob a administração de Bill Clinton (1993-2001), mantiveram um distanciamento pragmático. A crença predominante do *establishment* americano era de que o colapso na Coreia do Norte era iminente. Portanto, não seria necessária nenhuma concessão que pudesse fortalecer o regime. Ao final do governo Clinton, no entanto, ocorre uma aproximação. Essa tendência de concertação derivou da ascensão de um governo progressista na Coreia do Sul que adota uma política de engajamento cooperativo com o norte – a *Sunshine Policy*¹¹ (CUMINGS, 2004).

Todavia, a chegada do George W. Bush ao poder em 2001 trouxe uma alteração nessa tendência de concertação. O presidente republicano adotou uma postura mais assertiva quanto à Coreia do Norte, incluindo-a na lista dos países que compunham o chamado “eixo do mal”. É nessa conjuntura que a Coreia do Norte se retira do Tratado de Não-Proliferação (TNP) em 2003. E, em 2006, é realizado o primeiro teste nuclear do país¹².

A chegada de Obama ao poder não representou alterações no padrão de cooperação-conflito que prevalecia na Coreia do Norte. Nesse sentido, o governo Obama acaba dando continuidade à política de seu antecessor, mantendo sua orientação de esperar pelo colapso norte-coreano. Entretanto, a capacidade de resiliência do país tem se mostrado mais profunda do que os analistas têm observado.

Em 2012, Kim Jong-Il faleceu e ocorreu um processo de transição política muito significativo. Especialmente porque a chegada de Kim Jong-Un ao poder representou uma transformação na política interna da Coreia do Norte. Segundo Lankov (2014), o novo líder vem empreendendo uma série de reformas com vistas a modernizar a economia do país e aliar a capacidade nuclear dissuasória com desenvolvimento econômico. Entretanto, do ponto de vista externo, Jong-Un continuou empreendendo as demonstrações de força já tradicionais. Durante seu governo foram realizados dois testes nucleares, sendo que no último, em janeiro de 2016, o governo norte-coreano alegou ter realizado de modo exitoso um teste com bomba-H.

Os EUA adotaram uma série de sanções contra o regime comunista. Porém, há uma notável falta de efetividade, já que apesar de todas as previsões contrárias, o regime ainda se mantém. Em grande medida, a análise da política dos EUA para a Coreia do Norte evidencia uma falta de planejamento de longo prazo. As principais medidas tem sido aquelas derivadas de ações mais amplas, como a política de balanceamento à China.

A adoção da política de balanceamento da China trouxe efeitos diretos sobre a situação na Península Coreana. Primeiro, representou um aprofundamento das relações com a Coreia do Sul. Nesse sentido, os exercícios militares conjuntos entre os dois países (*Key Resolve*, *Foal Eagle*, *Cobra Gold*) se amplificaram e passaram a focar na preparação para operações anfíbias conjuntas e na articulação dos centros de comando e controle. Além disso, o estreitamento dos laços entre EUA e Coreia do Sul contribuiu para o fim definitivo da *Sunshine Policy*, um dos raros espaços para a resolução diplomática da questão.

Além disso, para a Coreia do Sul, esse quadro representa um desafio. Especialmente no governo da presidenta Park Geun-Hye (2013 -), a Coreia do Sul buscou se aproximar da China. Ambos os países assinaram, em 2015, um acordo bilateral de livre-comércio. Cabe destacar que esse é um projeto antigo da Coreia do Sul, afinal o país sempre esteve aliado das principais negociações na região, em detrimento de seus vizinhos mais pujantes – China e Japão. Assim, ao amplificar os laços securitários com os EUA, o

11 O então presidente sul-coreano, Kim Dae Jung promoveu uma série de medidas com vistas à construção de confiança mútua entre as duas Coreias. Ambos países chegaram a lançar declarações conjuntas aventando a possibilidade de se constituírem medidas voltadas à reunificação da península.

12 No total, a Coreia do Norte já empreendeu quatro testes nucleares em 2006, 2009, 2013 e 2016.

país põe em xeque o processo de aproximação com a China. Além disso, coloca-se geopoliticamente no cerne das disputas sino-americanas. Em termos práticos, na hipótese de uma guerra central entre China e EUA, a Coreia do Sul seria um dos alvos prioritários para os mísseis chineses (MARTINS & CEPIK, 2014).

Outro reflexo da política de rebalanceamento são as discussões acerca da instalação de um escudo antimíssil no Japão e na Coreia do Sul. A alegação dos EUA é de que a instalação desses sistemas na região seria voltada para a defesa dos aliados frente a um ataque da Coreia do Norte. Todavia, a instalação desses sistemas atinge diretamente a capacidade de segundo ataque chinesa, e até mesmo russa.

Em um contexto mais contemporâneo, ocorre uma discussão sobre a instalação do *Terminal High Altitude Area Defense* (THAAD) na Coreia do Sul. EUA e Coreia do Sul iniciaram as negociações formais para a avaliação dessa possibilidade. Contudo, isso gerou uma forte reação de Pequim e Moscou que avaliam que a instalação desses sistemas acaba minando suas capacidades defensivas e erodindo o equilíbrio de poder no nordeste asiático (CHINA, 2016).

A questão é que a política de balanceamento assentada na busca pela primazia acaba aprofundando a crise na península, ao invés de servir como elemento efetivo de pressão sobre a Coreia do Norte. Ademais, essas variações de engajamento, ora mais cooperativa, ora mais assertiva, derivam em última instância de uma indefinição mais profunda acerca dos objetivos prioritários dos EUA.

Considerações Finais

O balanço da política externa e de segurança do governo Obama para o Leste Asiático demonstrou que os EUA têm adotado uma postura mais assertiva na região em especial desde 2010. A política de balanceamento tem sido assentada na busca pelo aprofundamento dos laços regionais e em um maior engajamento militar do país na região.

A análise dos efeitos desse processo evidencia que a região está sendo fortemente afetada pela tentativa dos EUA de ampliar sua presença na Ásia. A busca por contrapor as crescentes capacidades A2/AD da China tem levado os EUA a adotar uma postura ambivalente. Por um lado, ao buscar estabelecer uma rede ampla de alianças securitárias, o país reorienta a geopolítica regional, alterando a polarização regional. Por outro, a possibilidade de adoção de conceitos operacionais com o *AirSea Battle* implica na ampliação das incertezas e da instabilidade na região. Afinal, o estabelecimento de ações voltadas a assegurar a primazia na região confronta diretamente os interesses chineses e russos.

Como efeito direto, observa-se que a maior assertividade chinesa nos últimos anos é decorrência desse processo. Embora a inserção chinesa tenha sido caracterizada ao longo das últimas décadas por um *low profile*, o país tem como prioridade assegurar sua condição de inexpugnabilidade e de segundo ataque. Ou seja, a China não deve poupar esforços para manter sua condição na região. Nesse sentido, a tendência é que o projeto de modernização militar seja acelerado dentro das limitações orçamentárias e das restrições advindas da diminuição do crescimento econômico do país. Cabe destacar que em abril de 2016 a China testou com êxito um míssil hipersônico. Nesse sentido, o país poderia obter uma condição ímpar frente aos EUA.

Por fim, cabe salientar que a ausência de uma definição acerca da Grande Estratégia dos EUA tem sido o elemento principal para o incremento da instabilidade regional. A Grande Estratégia diz respeito não somente a um alinhamento dos recursos com os objetivos, mas o modo como se concebem esses objetivos. Uma estratégia calcada no NMD implica na desestabilização plena dos pilares que dão sustentação à ordem internacional contemporânea. Não há, portanto, um processo de cálculo político efetivo na sua adoção. Caso os EUA obtenham êxito nessa tentativa, a tendência é que sejam erodidas as possibilidades de concertação e de balanceamento.

Assim, o processo de busca pela obtenção da primazia tem gerado dois efeitos imediatos. O primeiro, de caráter geopolítico, é a tendência de aproximação entre China e Rússia. Os dois países que construíram relações de desconfiança mútua, especialmente na Guerra Fria, vêm ampliando sua aproximação. Nesse sentido, têm buscado fortalecer novamente a Organização para Cooperação de Xangai e ampliado os laços bilaterais. Paradoxalmente, o aumento da pressão sistêmica dos EUA sobre os competidores pode forçar uma aliança capaz de estabelecer um domínio significativo sobre a Eurásia. Segundo, em termos de capacidades, o avanço da busca pela primazia tem implicado no avanço da modernização das capacidades convencionais de China e Rússia.

Destarte, há uma convergência de vários processos simultâneos e que desafiam a ordem internacional contemporânea. O processo de transição para a multipolaridade e a reação estadunidense a ele têm abalado os aspectos que estabeleceram o equilíbrio de poder nos últimos setenta anos. E, em grande medida, o Leste Asiático configura-se como uma forma de observar os desdobramentos desse processo.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Perry. **A Política Externa Norte-Americana e seus Teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ÁVILA, Fabricio S.; CEPIK, Marco; MARTINS, José Miguel Q. *Armas Estratégicas e Distribuição de Capacidades no Sistema Internacional: o caso das armas de energia direta e a emergência de uma ordem multipolar*. **Contexto Internacional**, vol. 31, n. 1, pp. 01-31, 2009.
- BERR, Jonathan. *Pentagon's 'Too Big to Fail' F-35 Gets Another \$10.6 Billion*. **The Fiscal Times**, 02/06/2015.
- BROOKS Stephen; IKENBERRY, G. John; WOHLFORTH, William C. *Don't Come Home America: the case against retrenchment*. **International Security**, Vol. 37, n. 3, pp. 7-51, Winter 2012/2013.
- CEPIK, Marco A. Segurança Internacional: da ordem internacional aos desafios para a América do Sul e para CELAC. In: BONILLA, Adrian; ALVAREZ, Isabel [eds.]. *Desafíos estratégicos del regionalismo contemporáneo: CELAC e Iberoamérica*, San Jose, 2013.
- CHINA and Russia Urge US to Drop THAAD Proposal. **People's Daily**, 29 de abril de 2016.
- CORDESMAN, Anthony H.; HESS, Ashley. **The Evolving Military Balance in the Korean Peninsula and Northeast Asia**. Center for Strategic and International Studies, 2013.
- CUMINGS, Bruce. **North Korea: another country**. New York: The New Press, 2004.
- CUMINGS, Bruce. **The Korean War: a history**. New York: Modern Library, 2010.
- DOD [Department of Defense]. **Joint Operational Access Concept**. United States Department of Defense. Washington, 2012.
- GAVIN, Francis J. *Strategies of Inhibition: U.S. grand strategy, the nuclear revolution, and nonproliferation*. **International Security**, Vol. 40, No. 1, pp. 9-46, Summer 2015.
- HAMMES, T. X. **Offshore Control: A proposed Strategy for an Unlikely Conflict**. Strategic Forum, Insitute for National Security Studies, v. 278, p. 01-14, June 2012.
- KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- LANKOV, Andrei. *Reforming North Korea*. **Al Jazeera**, 30 de novembro de 2014.
- LAYNE, Christopher. *Graceful Decline: The End of Pax Americana*. **The American Conservative**, 6 de abril de 2010.
- LIEBER, Robert. **Staying Power and the American Future: Problems of Primacy, Policy, and Grand Strategy**. APSA Annual Meeting Paper, 2010.
- MANYIN Mark E.; DAGGETT, Stephen; DOLVEN, Ben; LAWRENCE, Susan V.; MARTIN, Michael

- F.; O'ROURKE, Ronald; VAUGHN, Bruce. **Pivot to the Pacific? The Obama Administration's "Rebalancing" Toward Asia**. 2012.
- MARTINS, J. M. Q. **Digitalização e Guerra Local: como fatores do equilíbrio internacional**. Tese de outorado em Ciência Política. Porto Alegre: PPGCPol/UFRGS, 2008.
- MARTINS, J. M. Q.; CEPIK, M. A. "Defesa Nacional Antimíssil dos EUA: a lógica da preempção e suas implicações internacionais". In: ARTURI, Carlos S. (org.). **Políticas de Defesa, Inteligência e Segurança**. Porto Alegre: CEGOV, 2014.
- MEARSHEIMER, John J. *Maneuver, Mobile, Defense, and the NATO Central Front*. **International Security**, v. 6, n. 38, pp. 104-122, Winter 1981-1982.
- MONTGOMERY, Evan Braden. *Contested Primacy in the western Pacific: China's Rise and the Future of U.S. Power Projection*. **International Security**, v. 38, n. 4, pp. 115-149, Spring 2014.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Diplomacia Presidencial de Barack Obama**. Meridiano 47 n. 105, pp. 8-11, abr. 2009.
- PORTER, Patrick. **Sharing Power? Prospect for a U.S. Concert-Balance Strategy**. Carlisle: U.S. War College Press, 2013.
- POSEN, Barry. *Command of the Commons: the military foundation of U.S. hegemony*. **International Security**, v. 28, n. 1, pp. 5-46, 2003.
- RINEHART, Ian E.; ELIAS, Bart. **China's Air Defense Identification Zone (ADIZ)**. Congressional Research Service: Washington, 2015.
- RONIS, Sheila R. **Forging an American Grand Strategy: securing a path through a complex future**. Carlisle: U.S. Army War College Press, 2013.
- ROSS, Robert S. *US Grand Strategy, the Rise of China, and US National Security Strategy for East Asia*. **Strategic Studies Quarterly**, Summer 2013.
- SANTOS, G. S. dos. **A polaridade sob a perspectiva dos conceitos operacionais: o caso do A2/AD e da Air-Sea Battle**. Trabalho de Conclusão de Curso, UFRGS, 2015.
- TOL, J.; GUNZINGER, M.; KREPINEVICH, A.; THOMAS, J. **AirSea Battle: a point-of-departure operational concept**. Washington, DC: Center for Strategic and Budgetary Assessments, 2010.
- U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Remarks at Press Availability: Hillary Rodham Clinton**. Hanoi, Vietnam, July 23, 2010. Disponível em: <www.state.gov/secretary/rm/2010/07/145095.htm>. Último acesso em: 30/03/2016.
- YAN, Xuotong. *From Keeping a Low Profile to Striving for Achievement*. **The Chinese Journal of International Politics**, pp. 153-184, 2014.
- WOOLF, Amy. **Conventional Prompt Global Strike and Long-Range Ballistic Missiles: Background and Issues**. Congressional Research Service, 2016.